



## Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Naque – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

## Sumário

1	Introdução .....	10
2	Metodologia .....	14
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico .....	14
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto .....	23
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados .....	23
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Naque .....	25
3.1	Caracterização Geral .....	25
3.2	Análise Temática .....	34
3.3	Clipping de Notícias .....	71
3.4	Textos Acadêmicos .....	73
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas .....	77
4.1	Turismo .....	77
4.2	Cultura .....	77
4.3	Esporte e Lazer .....	78
5	Avaliação de Impactos .....	82
5.1	Metodologia .....	82
5.2	Resultados .....	102
6	Créditos e Referências .....	112
	Entrevistados no município .....	112
	Equipe Técnica .....	112

Referências .....	116
-------------------	-----

## Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone .....	20
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais .....	21
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais .....	21
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce .....	22
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva .....	22
Figura 6 Mapa de localização de Naque .....	29
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Naque .....	38
Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura .....	53
Figura 9 Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Aparecida Martins Ferreira .....	60
Figura 10 Batizado dos alunos da capoeira de Naque em Inhapim .....	61
Figura 11 Nuvem de termos referente ao clipping - Naque .....	72
Figura 12 Modelo de Gráfico de Radar .....	88
Figura 13 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos .....	89
Figura 14 Classificação da Significância de Impactos .....	90

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Naque .....	33
Gráfico 2 Impacto na imagem do município .....	103

Gráfico 3 Impacto na paisagem .....	104
Gráfico 4 Impacto econômico no setor de turismo .....	106
Gráfico 5 Alteração de costumes e das formas de lazer .....	108

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR .....	17
Tabela 2 IDHM e seus componentes - Naque e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	30
Tabela 3 PIB (1.000,00 R\$) de Naque e de Minas Gerais (2010 – 2013) .....	32
Tabela 4 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010) .....	34
Tabela 5 Síntese do inventário de oferta turística – Naque .....	36
Tabela 6 Meios de Hospedagem .....	44
Tabela 7 Equipamentos de Alimentos e Bebidas .....	46
Tabela 8 Locais e templos de fé de Naque .....	49
Tabela 9 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Naque 2014-2015 .....	57
Tabela 10 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Naque 2013-2017.....	58
Tabela 11 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Naque 2014-2016.....	58
Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Naque (2007-2013) .....	59
Tabela 13 Calendário cultural.....	62
Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer .....	70
Tabela 15 Clipping de notícias - Naque.....	71
Tabela 16 Síntese de citações - Naque.....	74

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão .....	83
Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais .....	85
Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais .....	109
Tabela 20 - Listagem de participantes de reunião institucional em Naque.....	112
Tabela 21 Equipe Técnica .....	112

## LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais





## Introdução

## 1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Naque, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório<sup>1</sup> e compensatório<sup>2</sup>, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

---

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico<sup>3</sup>, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Naque aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

---

3 Diagnóstico Socioeconômico, Município de Naque/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Naque. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, por fim, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.



**Metodologia**

## 2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica<sup>4</sup> da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao Rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

### 2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

---

4 Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir dos quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.



*Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR*

<b>INVTUR</b>	<b>Tipo de informação</b>	<b>Como obter a informação</b>
<b>Formulário A1</b>	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
<b>Formulário A.2.2</b>	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
<b>Formulário A4</b>	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário A7</b>	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)</b>	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo C</b>	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário de Eventos</b>	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
<b>Formulário de Gastronomia</b>	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização<sup>5</sup>. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

---

<sup>5</sup> O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



*Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



*Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



*Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



*Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



*Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

## **2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto**

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

## **2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados**

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



**Diagnóstico**



### **3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Naque**

#### **3.1 Caracterização Geral**

##### **3.1.1 Histórico de Ocupação do Município**

A região na qual se encontra Naque foi desbravada por Guido Marlière no século XIX. Entretanto, somente no século seguinte a localidade receberia seu primeiro morador, Antônio Barrinha, cujo sobrenome daria nome ao povoado que ali se estabeleceu (IBGE, 2016).

Posteriormente, o povoado teve seu nome alterado para Naque e passou a se constituir, sucessivamente, em distrito de Figueira (atual Governador Valadares) e de Açucena. Em 27 de abril de 1992, a partir da Lei Estadual nº 10.703, Naque emancipa-se de Açucena e se torna município (IBGE, 2016).

##### **3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura**

O município de Naque possui área de 129,22 km<sup>2</sup>, fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Ipatinga. Sua temperatura média é de 21° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Periquito, Açucena, Belo Oriente e Iapu. Naque é atualmente composto apenas por sua sede (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

##### **3.1.3 Aspectos Demográficos**

De acordo com o IBGE, estima-se a população de Naque em 2016 era de 6.878 pessoas e sua densidade demográfica de 49,86 habitantes por km<sup>2</sup> (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Naque foi de 1,02%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,25%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 93,5%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 94,01%, em 2010. Valor menos elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Naque é um município predominantemente urbano.

*Tabela 4 Taxa de urbanização de Naque e de Minas Gerais (%)*

		1991	2000	2010
<b>Naque</b>	População urbana	88,05	93,50	94,01
	População rural	11,95	6,50	5,99
<b>Minas Gerais</b>				
<b>Minas Gerais</b>	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Naque era composta por 50,37% de homens e 49,63% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Naque, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 35,2%, em 1991, para 20,5%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (4,4%, em 1991, para 19,1%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, somente 0,8% da população de Naque possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Naque possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento<sup>6</sup>, observa-se que em Naque, no ano 2000, a razão de dependência foi de 66,85%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 50,9%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 7,81% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 5 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Naque e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)*

		1991	2000	2010
<b>Naque</b>	Razão de dependência	74,96%	66,85%	50,90%
	Taxa de envelhecimento	4,58%	6,30%	7,81%
<b>Minas Gerais</b>	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

<sup>6</sup> A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Naque e o estado, especificamente naquilo que se refere à razão de dependência.

### 3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Naque se dá pela via terrestre.

Naque é atendida pela BR-381, situando-se a 253 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (40 Km) e Governador Valadares (65 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Gontijo (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O acesso ao meio ferroviário se dá no município de Periquito, situado a 14 Km de Naque, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Já o acesso aos serviços aeroviários se dá nos municípios de Ipatinga (Aeroporto da USIMINAS) e Governador Valadares (Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira), que se constituem nas opções mais próximas (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Naque conta com as empresas Oi, Claro, Tim e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui 16 estações de rádio, entre as quais se encontram a Vanguarda AM, a Vida FM e a Renascer.

A figura a seguir, aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Naque

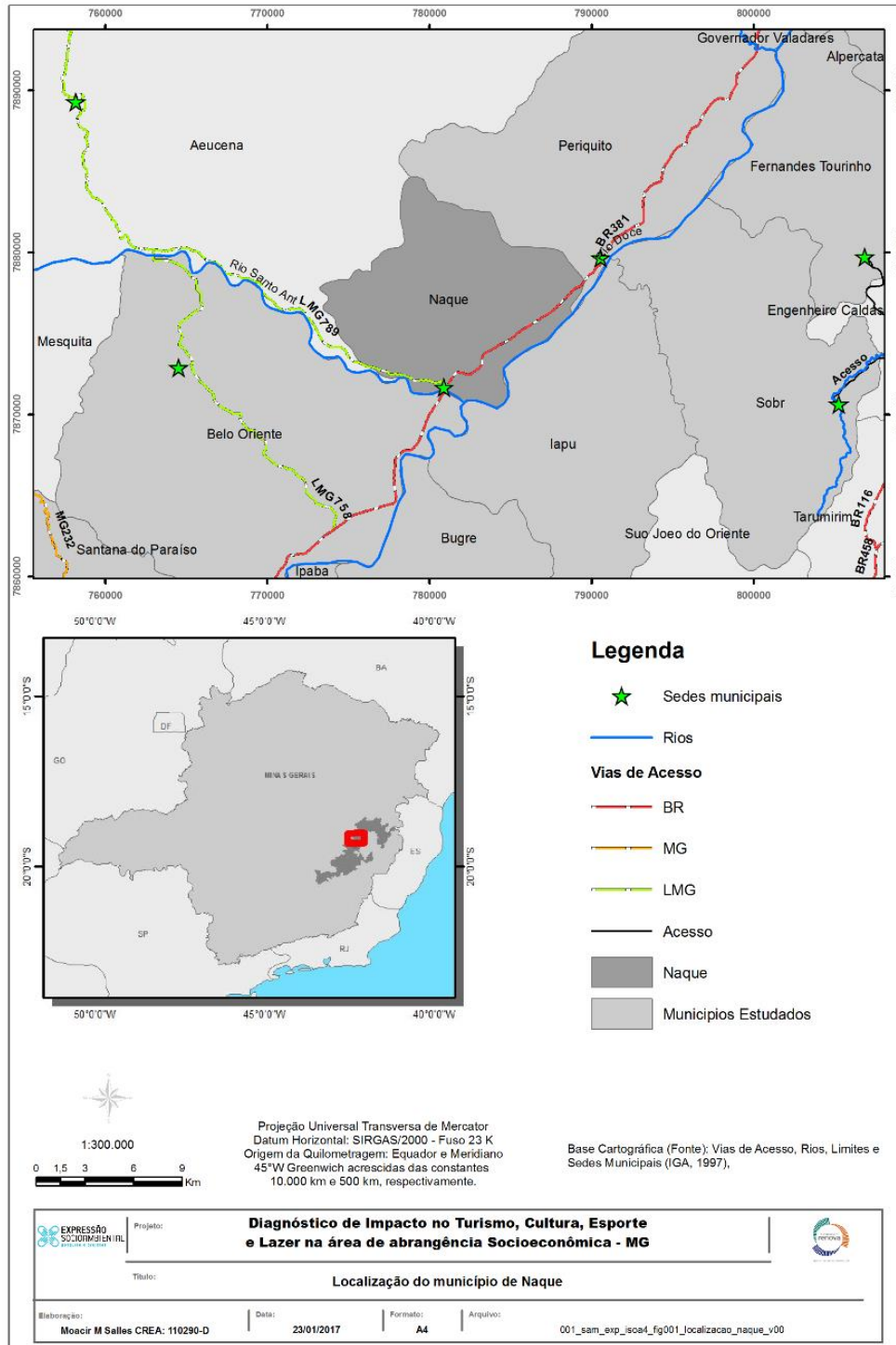


Figura 6 Mapa de localização de Naque

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Naque, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,327 do IDHM total, 0,201 do IDHM longevidade, 0,105 no IDHM renda e 0,463 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 2 IDHM e seus componentes - Naque e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)*

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Naque</b>	0,348	0,522	0,675	0,621	0,723	0,822	0,527	0,544	0,632	0,129	0,362	0,592
<b>Minas Gerais</b>	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Naque foi de 0,675 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,129 para 0,592. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,822 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se tecnicamente no mesmo patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Naque manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

### **3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas**

#### **3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta**

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Naque, é possível identificar que o PIB do município apresentou declínio no período de 2011 a 2012, passando de 14,3%, entre 2010 e 2011, para 4,3%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento, passando o PIB para 10% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 9,53% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Naque cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 3 PIB (1.000,00 R\$) de Naque e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
<b>Naque</b>	52.792	14,3	55.083	4,3	60.614	10,0
<b>Minas Gerais</b>	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$5.179,24, em 2010, e R\$7.672,97, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

### 3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

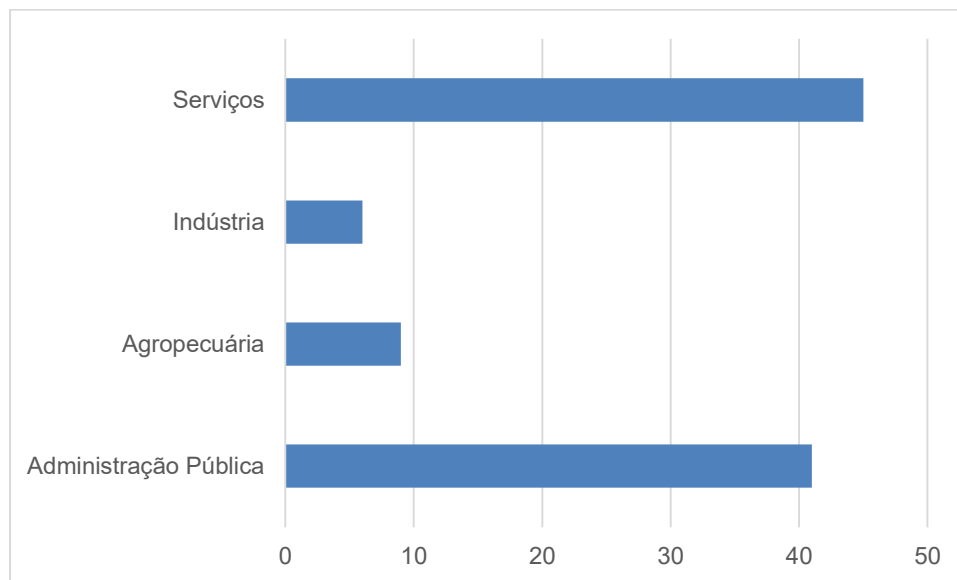
A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Naque encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 41% e 45%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.



Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Naque



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 6% e 9%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, especialmente naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

### 3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Naque possuía 1.504 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 2.424 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

*Tabela 4 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)*

Localidade	2000	2010
Naque	1.504	2.424
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 44 empregos em 19 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 334 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

### 3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

## 3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Naque. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas<sup>7</sup>. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Naque para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Naque, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Naque 32 bens, serviços e atrativos, conforme apresentado na Tabela 5, a seguir.

---

<sup>7</sup> No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

*Tabela 5 Síntese do inventário de oferta turística – Naque*

<b>Tipo de manifestação</b>	<b>Total inventariado</b>
<b>Equipamentos de apoio turístico</b>	22
<b>Equipamento de hospedagem</b>	4
<b>Serviço e equipamento de alimentos e bebidas</b>	10
<b>Transporte</b>	0
<b>Locais/templos de manifestação de fé</b>	7
<b>Serviços e equipamentos para eventos</b>	1
<b>Outro serviço e equipamento turístico</b>	0
<b>Equipamentos Culturais</b>	3
<b>Meios de Comunicação</b>	1
<b>Equipamentos Culturais</b>	2
<b>Equipamentos de Esporte e Lazer</b>	6
<b>Equipamentos de Esporte e Lazer</b>	6
<b>Atrativos</b>	1
<b>Atrativo natural</b>	0
<b>Atrativo cultural</b>	1
<b>Diversidade Cultural</b>	0
<b>Grupos Culturais</b>	0
<b>Calendário Cultural</b>	0
<b>Gastronomia</b>	0
<b>Total</b>	32

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Naque

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1 Turismo

#### 3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

### 3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispendo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica de Minas Gerais.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município”<sup>8</sup>. Este

---

8 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa



indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Desse modo, observa-se que “Naque, em 2012, estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Naque não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (FJP, 2013).

O município possui órgão específico responsável pela gestão do turismo, a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Verifica-se, pois, que o referido órgão acumula entre as suas funções a gestão de diferentes políticas setoriais. Por outro lado, Naque não possui Plano Municipal de Turismo – PMT, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo municipal.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é um “instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR, que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual de quatro anos, período a partir do qual deve ser reelaborado face às mudanças no cenário do município, de modo a definir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

---

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

### 3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Naque possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política pública de turismo. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

### 3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”<sup>9</sup>, concluindo que “os gastos orçamentários de Naque na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

O município não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, embora, segundo o gestor público entrevistado, exista dotação orçamentária específica para o desenvolvimento de ações voltadas para o turismo local. As iniciativas do setor são financiadas com recursos provenientes do orçamento municipal e apoio não financeiro.

Naque tampouco dispõe de Legislação de Incentivo ao Turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível local.

---

<sup>9</sup> O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

#### 3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Naque não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual.

Naque também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

#### 3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Uma vez que Naque não havia sido previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar dados de base para o início de uma inventariação turística.

##### 3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados quatro estabelecimentos localizados na zona urbana de Naque. Somada a infraestrutura de hospedagem desses quadro estabelecimentos, o município conta com 85 unidades habitacionais, totalizando 253 leitos. São eles:

- Hotel Encantado;
- Pousada Dourado;
- Hotel Daniel;
- Pousada Beira Rio.

Tabela 6 Meios de Hospedagem

Hotel Encantado	Pousada Dourado
	
Hotel Daniel	Pousada Beira Rio
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados e inventariados 10 estabelecimentos de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados em Naque. São eles:

- Padaria Pão de Mel;
- Restaurante Beira Rio;
- Oca do Açaí;
- Restaurante do Daniel;
- Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Cozinha dos Gêmeos;
- Restaurante Paulinho;
- Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Paraíso;
- Padaria e Lanchonete Martins;
- Churrascaria Encantado;
- Restaurante Dourado.

Tabela 7 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Padaria Pão de Mel



Restaurante Dourado



Restaurante Beira Rio



Oca do Açaí



**Restaurante do Daniel**



**Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Cozinha dos Gêmeos**



**Restaurante Paulinho**



**Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Paraíso**





**Padaria e Lanchonete Martins**



**Churrascaria Encantado**



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.3 Locais e templos de fé/edificações

Durante o levantamento de campo em Naque foram inventariados sete locais e templos de fé/edificações. São eles:

- Paróquia de Santo Antônio;
- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Igreja do Evangelho Quadrangular;
- Igreja Universal;
- Igreja Nossa Senhora da Aparecida.



*Tabela 8 Locais e templos de fé de Naque*





Igreja do Evangelho Quadrangular



Igreja Universal



Igreja Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são

importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Naque. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

#### **3.2.1.2.4 Atrativos Naturais**

Durante o levantamento de campo em Naque não foram identificados atrativos naturais que possam ser utilizados para o turismo.

### **3.2.2 Cultura**

#### **3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional**

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir abaixo traz o desenho do sistema, com seus elementos componentes.

Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Naque, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de participação e controle social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

### 3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Naque é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Portanto, o referido órgão acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais, o que não favorece seu desempenho.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>10</sup> da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

O município ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não assinou o Acordo de Cooperação Federativa com a União, que tem como objetivo “estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município”.

Até o período em que se realizou o levantamento de dados em campo, nos meses de novembro e dezembro de 2016, o município ainda não tinha instituído o Sistema Municipal de Cultura e tampouco elaborado o Plano Municipal de Cultura.

Realça-se, assim, que Naque não possui política estruturada e continuada na área cultural. A partir da análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014<sup>11</sup>, realizada pelo IBGE, vê-se que a realização de eventos é o único tipo de ação cultural desenvolvida ou apoiada pela municipalidade.

---

10 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

11 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

### 3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na gestão da política cultural, Naque possui Conselho Municipal de Patrimônio, instituído pela Lei nº 212/2005. O Conselho é formado por 7 membros efetivos e igual número de suplentes, com representação do poder público e de entidades da sociedade civil para um mandato de 2 anos. Todavia, foi informado que o mesmo encontra-se inativo.

Naque não conta com Conselho Municipal de Cultura e tampouco foi realizada qualquer Conferência Municipal de Cultura. O município também não participou de conferências estaduais ou nacionais de cultura.

### 3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

As ações desenvolvidas em Naque no campo da cultura são custeadas com recursos orçamentários próprios ou através de recursos obtidos em parceria com o governo estadual.

Exemplo desse tipo de parceria foi a aprovação de um projeto no Fundo Estadual de Cultura, Edital 2007, com vistas à “Revitalização e Ampliação do acervo e mobiliário da Biblioteca Municipal de Naque”, com valor de R\$ 15.200,00, não reembolsáveis. Seu objetivo era elevar o número de leitores assíduos, adquirir novos equipamentos e materiais didáticos, montar uma gibiteca, além da assinatura de jornal e revistas de circulação.

Foi informado que é pequena a contribuição da iniciativa privada nas ações culturais, tendo sido destacada a ação da empresa CENIBRA, instalada em Belo Oriente, mas com foco em projetos de cidadania e de esportes da região.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura estão expressos na Tabela 9, a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com o portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente<sup>12</sup>.

---

12 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano

Primeiramente, pode-se observar que houve queda nas despesas executadas pela Prefeitura entre os dois anos – 2014 e 2015, ao que também correspondeu redução nos valores gastos na Função Cultura. Em 2014, o investimento em cultura correspondeu a 3,4% do orçamento municipal anual executado, ao passo que em 2015, ficou na casa dos 1,4% do total das despesas liquidadas.

Ainda é preciso destacar que 82% dos recursos em 2014 e 49% em 2015 foram destinados ao pagamento dos custos das “festividades tradicionais, folclóricas e populares”, incluídas na subfunção Turismo. O restante dos valores, aplicados na subfunção Difusão Cultural foram destinados às ações manutenção das atividades de cultura e turismo e subsídio do secretário.

Tem sido comum nos municípios do interior destinar a maior parte dos recursos da Cultura para a promoção de festas e eventos, muitas vezes focados apenas na realização de grandes shows, com pagamento de cachês vultuosos a artistas de renome regional e nacional.

Tal situação pode ser considerada desfavorável do ponto de vista dos conceitos da atual política cultural e dentro das prioridades do Sistema Nacional de Cultura, uma vez que se restringe à realização de grandes eventos de massa e que subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

---

subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.



*Tabela 9 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Naque 2014-2015*

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
<b>Despesa total Prefeitura (valor atualizado)</b>	18.843.398,00	18.700.000,00
<b>Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)</b>	12.317.449,57	12.196.340,42
<b>Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)</b>	415.012,80	166.481,22
<b>Subfunção Difusão Cultural</b>	73.145,83	84.626,12
<b>Subfunção Turismo*</b>	341.866,97	81.855,10

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

\* Subfunção responsável pelas Festividades Tradicionais, Folclóricas e Populares

Naque tem tido participação irregular na política estadual de ICMS Patrimônio Cultural<sup>13</sup>, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, Naque não apresentou pontuação nos exercícios de 2013 e 2017, provavelmente por não ter entregue a documentação exigida pelo órgão, ao passo que os valores repassados tiveram queda

---

13 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

acentuada no período. Para 2017, não haverá repasses, pois não foi entregue a documentação necessária.

Ademais, segundo informado na pesquisa de campo, Naque não possui Lei de Incentivo à Cultura.

*Tabela 10 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Naque 2013-2017*

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
Naque	SI	1,20	SI

Fonte: IEPHA, 2016

*Tabela 11 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Naque 2014-2016*

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Naque	84.794,24	24.148,62	94,57

Fonte: FJP, 2016

\*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

*Tabela 12 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Naque (2007-2013)*

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	0	1,65	0	1,7
2011	0	75,52	0	4,7
2013	0	56,06	0	3,1

Fonte: FJP, 2016

Dados do IMRS de 2013 revelam que Naque, juntamente com 72,6% dos municípios do estado, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais<sup>14</sup>.

O município possui Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural. Sua primeira legislação de criação foi a Lei nº 2011 de 18/04/2005. A mais recente é a Lei nº 308 de 17/10/2010. Os recursos do Fundo são formados por dotação orçamentária, contribuições, transferências, rendimentos de fontes diversas, ICMS Patrimônio Cultural, entre outros. Segundo informado na prefeitura, porém, esse Fundo não está em funcionamento.

### 3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural de Naque se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da arte e da cultura.

---

<sup>14</sup> Os equipamentos culturais, no caso da construção deste indicador, estão representados pelos museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos.

Como o município não havia sido previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados e inventariados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

### 3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Informa-se que Naque não dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história local, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como teatros, galerias e museus.

### 3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Naque possui uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Aparecida Martins Ferreira, com área de 20 m<sup>2</sup>, acervo de 5 a 7 mil livros e estado de conservação regular (SEC, 2016).



*Figura 9 Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Aparecida Martins Ferreira*

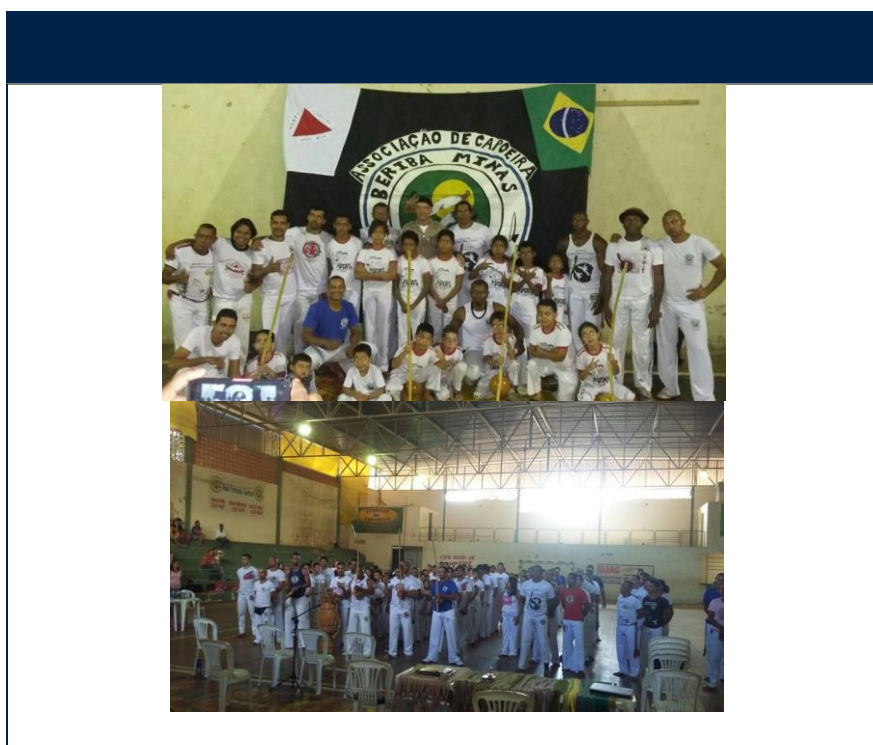
Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações fornecidas por Naque no preenchimento do questionário da MUNIC 2014 apontaram que não havia nenhum grupo cultural, nas diversas modalidades culturais pesquisadas, artista ou artesão no município.

Já na pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016, foi informado que as principais expressões culturais de Naque são as festas populares, as celebrações religiosas e o artesanato em bordado.

Na área da formação artística e cultural, a única oferta identificada na pesquisa em fontes de dados secundários são as aulas do projeto de Capoeira Beriba Minas, desenvolvido com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Naque.



*Figura 10 Batizado dos alunos da capoeira de Naque em Inhapim*

Fonte: <https://www.facebook.com/escolinhadefuteboldenaque/>

### 3.2.2.4 Calendário Cultural

Conforme apurado nas entrevistas de campo realizadas, as principais festas do calendário de Naque são:

- Junho e julho: Festas juninas;
- Junho: Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade (dia 13);
- Julho: Cavalgada de Naque, em sua 24ª edição, com rodeios profissionais, shows de bandas regionais e nacionais, apresentações de motocross, tarde de lazer e outras atrações;
- Setembro: Dia do Evangelho (dia 6);
- Setembro: Dia da Independência, com desfile e apresentações esportivas e culturais (dia 7);
- Dezembro: Aniversário da cidade, com quatro dias de shows, competições esportivas e celebrações religiosas (dia 21).

*Tabela 13 Calendário cultural*

<p><b>Show durante o evento Cavalgada, 2 de julho 2016.</b></p>	<p><b>Tarde de lazer durante o evento Cavalgada, 2014</b></p>
	
<p><b>Apresentação de capoeira no Aniversário da cidade, 2014</b></p>	<p><b>Cartaz do Aniversário da Cidade, 2016.</b></p>



Peças de divulgação da Cavalgada, 2016.



Peças de divulgação da Cavalgada, 2016.



Desfile de Sete de setembro, 2013.



Desfile de Sete de setembro, 2013.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/prefeituradenaque> e <https://www.facebook.com/Portal-Naque-156524614531440/>

A pesquisa em fontes secundárias também indicou que o município recebe atividades sociais e culturais apoiadas pelo Instituto Cenibra como, por exemplo, o projeto Objeto de Voo da Companhia Suspensa, de Belo Horizonte, uma ação educativa que propõe pensar o corpo e sua interrelação com os espaços a partir da Física, contribuindo para a interpretação e aplicação do conteúdo absorvido na sala de aula. Foram realizadas oficinas com professores da rede pública de ensino na parte da tarde e apresentações artísticas à noite para toda a comunidade.

### 3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio, material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em Naque, a política de proteção ao patrimônio cultural foi estabelecida através da Lei nº 308/2010.

O município possui Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural, que, porém, encontra-se inativo.



Não foram identificados bens culturais protegidos por registro ou tombamento no município, em nenhuma das três esferas de governo.

### 3.2.3 Esporte e Lazer

#### 3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de

vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Naque, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

### **3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão**

A gestão da política de esporte e lazer em Naque é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Embora a Política Nacional do Esporte assinala a importância de se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Naque não elaborou e tampouco instituiu Plano Municipal de Esporte e Lazer.

No levantamento de dados em campo por meio de entrevista realizada com gestor municipal obteve-se a informação de que o município não possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

### 3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Segundo o representante municipal entrevistado, o município de Naque dispõe de Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 350 de 05 de Junho de 2013. O referido conselho é consultivo e de representação paritária, encontrando-se inativo.

### 3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em campo, Naque não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo a tais setores.

De acordo com o representante municipal entrevistado, Naque possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Porém, ele não soube informar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. O entrevistado informou, ainda, que a prefeitura utiliza recursos próprios e apoio não financeiro para promover, fomentar e apoiar iniciativas no esporte e no lazer.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”<sup>15</sup>, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer, apontou que, em 2013, os gastos orçamentários de Naque nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,3% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual era de 0,1% (FJP, 2013), representando um aumento de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

---

<sup>15</sup> O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

### 3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes constatou-se que Naque tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2014, a Associação Ajudôu teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 01/2014. O Projeto Ajudôu foi desenvolvido em dois municípios, entre eles Naque, e teve o seu valor 100% captado e a sua execução encerrada. A Associação atua com aulas de judô no contraturno escolar, a fim de contribuir com o aprendizado por meio de valores do esporte.

Nos levantamentos em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato Regional de Escolinha do Vale do Aço, Campeonato de Futsal da escola estadual e Trilhão (moto).

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”<sup>16</sup>, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que Naque estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, possibilita notar que o município de Naque não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho Municipal de Esportes não encontra-se ativo e tampouco cadastrado no Sistema de Informação ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

---

16 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

### 3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Durante o levantamento de campo em Naque, foram identificados quatro espaços dedicados ao esporte e lazer no município. São eles:

- Praça Avelino Benini: pequena área pavimentada, equipada com academia ao ar livre e bancos, além de parte gramada e arborizada;
- Praça Ademar Pinto: equipada com bancos, quiosque de alimentação, iluminação e canteiros gramados e arborizados. Área triangular propícia a encontros, lazer e descanso;
- Praça José Martins Júnior: equipada com aparelhos de academia a céu aberto, pavimentada e área gramada em estado ruim de conservação;
- Quadra da Paróquia Santo Antônio: coberta, também disponível para eventos estudantis, atividades de lazer e festas da igreja.

*Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer*

<b>Praça Avelino Benini</b>	<b>Praça Ademar Pinto</b>
	
<b>Praça José Martins Junior</b>	<b>Quadra da Paróquia Santo Antônio</b>
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*<sup>17</sup>, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância<sup>18</sup>. As taxonomias utilizadas foram: I) Naque E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Naque E barragem.

Para Naque, a utilização das taxonomias não gerou resultados, exceto pela notícia apresentada na tabela abaixo.

*Tabela 15 Clipping de notícias - Naque*

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
<b>Biólogos encontram cardumes em rio poluído pela lama da Samarco</b>	08/01/2016	Estado de Minas	goo.gl/Xwvtt1	Regional	Positivo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A única notícia encontrada a partir da realização do *clipping* de Naque foi publicada no sítio do Estado de Minas, um dos principais jornais do estado e do país. A notícia destaca que a partir do monitoramento de biólogos foram encontrados cardumes ao longo do rio Doce, ressaltando que essa é uma das primeiras boas notícias desde a ocorrência do Evento. Segundo tais profissionais, muitos dos cardumes foram encontrados no reservatório de Baguari, entre os municípios de Governador Valadares e Naque.

---

17 [goo.gl/46bXSx](http://goo.gl/46bXSx)

18 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

De acordo com a notícia, a pesquisa foi financiada pela Samarco como uma das exigências do poder público para que a mineradora apresente planos de recuperação da natureza diante do Evento. É destacada, ainda, a iniciativa da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que lançou editais para financiamento de projetos que desenvolvam tecnologias para recuperação das áreas afetadas pelo Evento.

A partir da notícia, foi feita a nuvem de termos abaixo. Os termos que se destacam na nuvem são: “Rio”, “Recuperação”, “Peixes”, palavras que indicam o teor neutro da notícia que se restringiu a relatar o encontro da presença cardumes ao longo do rio Doce. Outros termos tais como, “Biólogo”, “Especialista” e “Dados” ressaltam a ação de técnicos no monitoramento dos impactos do Evento na Bacia do rio Doce



Figura 11 Nuvem de termos referente ao clipping - Naque

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016



### 3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Naque é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo<sup>19</sup>, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas<sup>20</sup> e a Onda Política<sup>21</sup> as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs<sup>22</sup> com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia<sup>23</sup>, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

---

19 [goo.gl/hBGDKp](http://goo.gl/hBGDKp)

20 [goo.gl/BcEHVc](http://goo.gl/BcEHVc)

21 [goo.gl/x1VYhC](http://goo.gl/x1VYhC)

22 Organização Não Governamental

23 Atualizada em 04/11/2016. Ver [goo.gl/LPOqWr](http://goo.gl/LPOqWr)

Tabela 16 Síntese de citações - Naque

Município de Naque		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG   A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	<a href="https://goo.gl/sximc2">goo.gl/sximc2</a>	Não
POEMAS   Antes fosse mais leve a carga	<a href="https://goo.gl/6jliL">goo.gl/6jliL</a>	Sim
POEMAS   Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	<a href="https://goo.gl/uGkSiU">goo.gl/uGkSiU</a>	Não
POEMAS   Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	<a href="https://goo.gl/jTkhRX">goo.gl/jTkhRX</a>	Não
ORGANON   Impactos socioambientais no Espírito Santo	<a href="https://goo.gl/t9TRE2">goo.gl/t9TRE2</a>	Não
POEMAS   Pedras de sangue e choro maculam a vertente	<a href="https://goo.gl/1p3qra">goo.gl/1p3qra</a>	Não
UFES   Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	<a href="https://goo.gl/M7Mwqb">goo.gl/M7Mwqb</a>	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.)   Human Rights in minefields	<a href="https://goo.gl/4oN12m">goo.gl/4oN12m</a>	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que o município de Naque foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS<sup>24</sup> / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana

24 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.



(MG) – relatório final<sup>25</sup>, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do Evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil<sup>26</sup>.

A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás<sup>27</sup>.

---

25 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

26 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: [goo.gl/1soM41](http://goo.gl/1soM41) Copy short U

27 [goo.gl/Ry1Shs](http://goo.gl/Ry1Shs) Copy short URL



Síntese

## 4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

### 4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. A inexistência desse aparato institucional em Naque demonstra que seu sistema de turismo não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais, ainda que o gestor público entrevistado tenha afirmado que o setor é importante para o município.

Naquilo que se refere às potencialidades para o turismo, observa-se que a ausência de atrativos naturais dificulta a inserção do município nesse setor. Desse modo, infere-se que a infraestrutura de espaços e equipamentos turísticos de Naque, caso seja alvo de investimentos, pode operar como suporte para outros municípios da região, cujas características sejam mais propícias ao turismo.

Quanto às fragilidades, portanto, verifica-se a ausência de atrativos naturais e a incipiente infraestrutura de espaços e equipamentos turísticos

Logo, diagnostica-se que o turismo ainda é incipiente no município, faltando estruturas básicas organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

### 4.2 Cultura

Naque não tem um Sistema Municipal de Cultura estruturado e tampouco realizou sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura. A política cultural local não apresenta ações continuadas e consistentes, dedicando praticamente a totalidade de seu orçamento para a realização de festas e eventos em datas comemorativas.

Além disso, avalia-se que o município não tem aproveitado as oportunidades de ampliação de seu orçamento para a cultura através do ICMS Patrimônio Cultural, por não participar de forma contínua e consistente dessa política de preservação promovida pelo IEPHA.

Nas entrevistas de campo foi apontado que a cultura é muito importante para o município, e que uma das principais dificuldades e necessidades da cidade é resgatar e valorizar a identidade local.

Nesse sentido, realça-se a importância de se avançar na implementação do Sistema Municipal de Cultura, elaborar seu Plano Municipal de Cultura – traçando diretrizes de médio e longo prazos – e garantir o financiamento através de Fundo e de Lei de Incentivo à Cultura, entre outras ações correlatas. Com tais ações, será possível contribuir para o fortalecimento da identidade local, incentivar a formação de novos grupos e a produção cultural, fortalecer e resgatar manifestações já existentes e favorecer a democratização da cultura para a população naquense.

Levando em conta as potencialidades e as demandas da cultura no município, as ações indicadas pelo gestor público entrevistado como prioritárias para serem promovidas para o desenvolvimento da cultura local são o aumento dos recursos financeiros para o setor e a alocação de mão de obra capacitada para a gestão da cultura local.

O Instituto Cenibra também representa um parceiro importante para a realização de ações, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, propostas no município, pois apoia projetos nas áreas de educação ambiental e patrimonial, cultura, esporte e desenvolvimento social nos 54 municípios de sua base territorial de atuação, entre eles Naque.

### 4.3 Esporte e Lazer

Naque apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e o lazer. O órgão incumbido de gerir a política desses setores no município acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que desempenha papel fundamental na organização e controle da gestão pública local encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Além disso, a não existência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, refletem a fragilidade da gestão da política pública municipal.

Embora o representante municipal entrevistado tenha informado que existe uma dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, ele não soube especificar o percentual representado por essa dotação no orçamento total do município.

Em contrapartida, foram encontradas informações quanto à participação do município em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais e execução de um projeto esportivo através da captação de recursos pela Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para Naque, pois é durante a participação de eventos que se leva o nome da cidade para fora do município. Ele entende que as escolinhas de vôlei, futsal, futebol e capoeira, que atendem crianças e adolescente de 6 a 17 anos, e o Projeto AJUDÔU são as maiores potencialidades locais. Contudo, a falta de mão de obra qualificada para atender à demanda foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Naque, e que o município tem grande potencial para a implantação de academias ao ar livre. Segundo ele, a falta de mais espaços de lazer, bem como a necessidade de construção desses locais, são as principais fragilidades observadas para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, a ação prioritária que pode ser desenvolvida no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer é:

- Captação de recursos para esporte e lazer.



EXPRESSÃO  
SOCIOAMBIENTAL  
pesquisa e projetos



Além disso, verificou-se que a reestruturação das prioridades da política municipal, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em infraestrutura e equipamentos de esporte e lazer, são medidas necessárias para o fomento às ações desses setores, que, por sua vez, são capazes de proporcionar a elevação da qualidade de vida da população.





## Avaliação de Impactos

## 5 Avaliação de Impactos

### 5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17.

*Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão*

<b>Componente Ambiental</b>	<b>Impactos identificados</b>
<b>Turismo</b>	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
<b>Cultura</b>	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
<b>Esporte</b>	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											



<b>Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva</b>											
<b>Impacto sobre Bens Imóveis</b>											
<b>Impacto sobre Bens Culturais Imateriais</b>											
<b>Impacto sobre Bens Móveis</b>											
<b>Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural</b>											
<b>Alteração de Costumes Locais</b>											
<b>Alteração na Agenda Cultural</b>											
<b>Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas</b>											
<b>Alteração do Calendário Esportivo</b>											
<b>Alteração de atividades de entidades esportivas</b>											
<b>Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas</b>											
<b>Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte</b>											
<b>Impacto sobre Espaços de Sociabilização</b>											

<b>Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer</b>												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 12 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

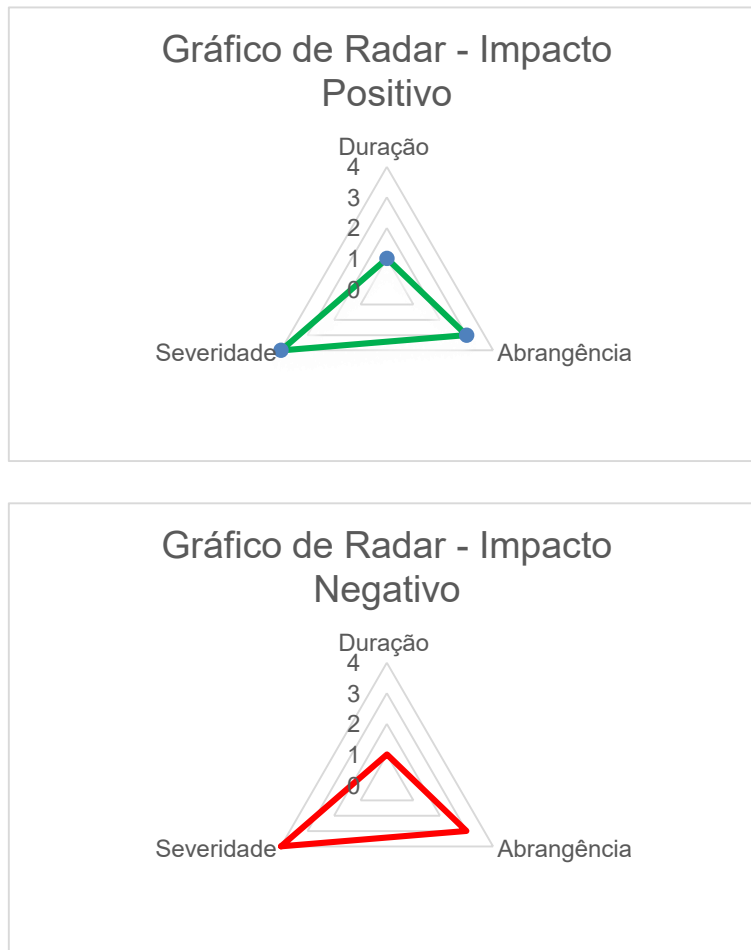


*Figura 12 Modelo de Gráfico de Radar*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 13, a seguir:



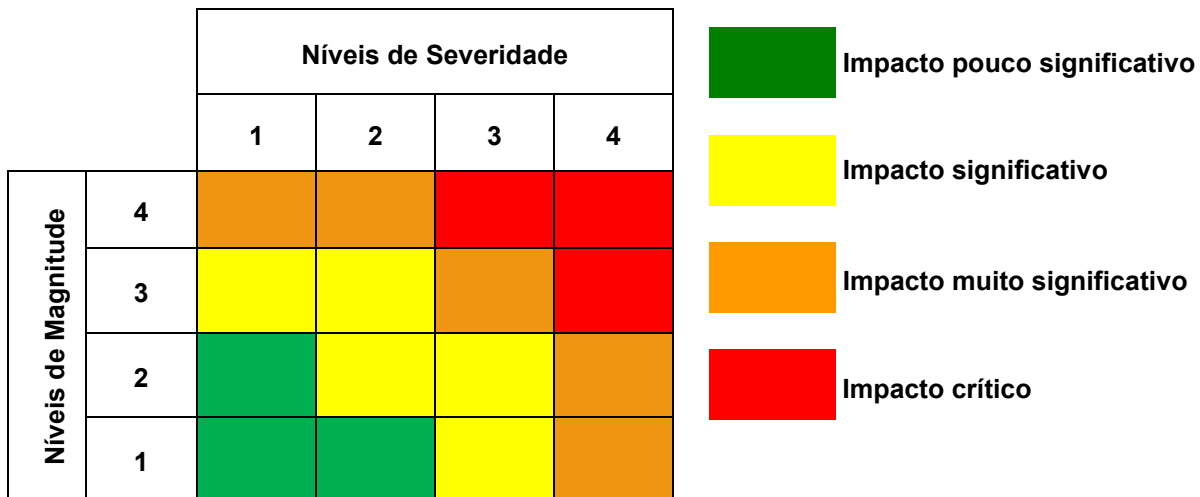
*Figura 13 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 14 exemplifica a classificação Significância dos impactos:



*Figura 14 Classificação da Significância de Impactos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

## 5.1.1 Definições e Conceitos

### 5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

### 5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- c) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- d) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

### 5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

#### 5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
  - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
  - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

#### 5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

##### 5.1.1.5.1 Turismo

**Impacto:** Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



**Impacto:** Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

**Impacto:** Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

**Impacto:** Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

**Impacto:** Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

**Impacto:** Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

**Impacto:** Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

**Impacto:** Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

#### 5.1.1.5.2 Cultura

**Impacto:** Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

**Impacto:** Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

**Impactos:** Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

**Impactos:** Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



**Impacto:** Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

**Impacto:** Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

### 5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.



**Impacto:** Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

**Impacto:** Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

**Impacto:** Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

**Impacto:** Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

**Impacto:** Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

**Impacto:** Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



#### 5.1.1.5.4 Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

**Impacto:** Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

## 5.2 Resultados

### 5.2.1 Impacto na Imagem do Município após o Evento

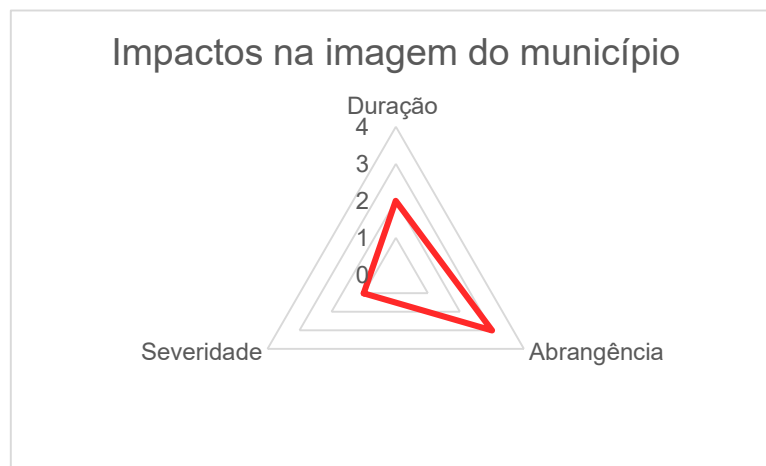
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Esse conjunto de comunicações midiáticas e de produções científicas repercutiu sobre a imagem de Naque, conforme se pode verificar por meio da análise procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos.

Tal como observado, o município foi sido citado em uma reportagem jornalística e um relatório científico apenas em meio a uma listagem que se refere à relação dos municípios para os quais foi decretado estado de emergência ou calamidade pública, também à época do evento.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste, sem maiores repercussões. A severidade do impacto foi considerada como baixa (1), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

*Gráfico 2 Impacto na imagem do município*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

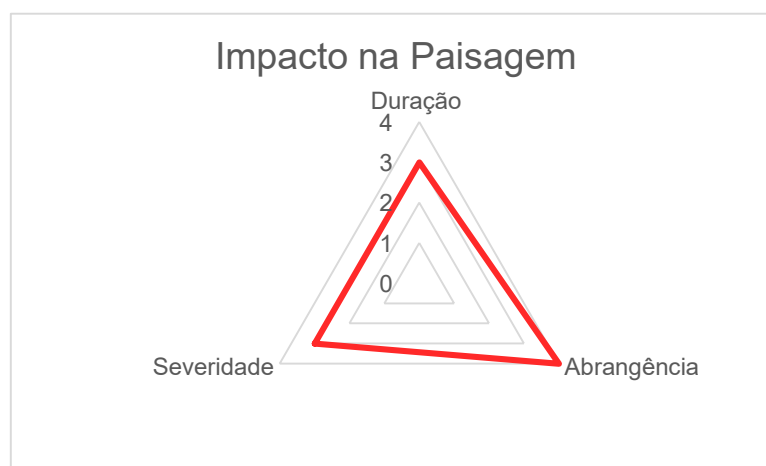
## 5.2.2 Impacto na Paisagem

A paisagem de Naque, assim como de toda a região, é marcada pela presença do rio Santo Antônio, uma vez que este "corta" o município, marcando também a organização espacial da região. O rio Santo Antônio foi afetado pelos rejeitos da Barragem do Fundão, que causou mudança em sua coloração, gerando impacto na paisagem de Naque, tendo em vista que o rio serve como importante ponto de referência para a população local, na sede do município, bem como regionalmente.

Durante as entrevistas realizadas, foi comum as pessoas se referirem à tristeza em relação a ver a situação do rio e alguns chegaram a afirmar que muitos membros das comunidades não se aproximam mais do rio, em função do visual que ele apresenta atualmente.

Este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração (3), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período superior a cinco anos, e de abrangência regional (4), uma vez que incide os turistas provenientes de outros municípios. A severidade do impacto foi considerada como média-alta (3), em função do nível de dependência do município em relação ao desenvolvimento de atividades próximas às suas margens.

*Gráfico 3 Impacto na paisagem*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Em função destas características, este impacto foi classificado como crítico (4).

### 5.2.3 Impacto Econômico sobre o Turismo

- Sobre meios de hospedagem

Em levantamentos de dados em campo foi apurado que dos quatro meios de hospedagem inventariados, dois relataram algum impacto decorrente do rompimento da barragem de Fundão. Salienta-se que ambos os meios de hospedagem possuem restaurantes anexos. Em entrevista, o proprietário de um desses estabelecimentos afirmou que a água contaminada pelos rejeitos da barragem atingiu o poço artesiano do seu estabelecimento, sendo necessário o conserto da bomba de água. Além disso, relatou que o restaurante anexo ao hotel passou a servir peixes de fornecedores externos, uma vez que os pescadores locais foram impactados. O segundo empreendedor afirmou que o impactado sobre o seu estabelecimento se deu por meio da diminuição de aproximadamente 30% na clientela e na arrecadação, além de diminuição da ordem de 10% no número de empregos gerados no estabelecimento. O segundo empreendedor entrevistado afirmou que em seu restaurante, a especialidade eram pratos à base de pescado do rio. Por isso, segundo o entrevistado, o principal produto do estabelecimento também foi impactado.

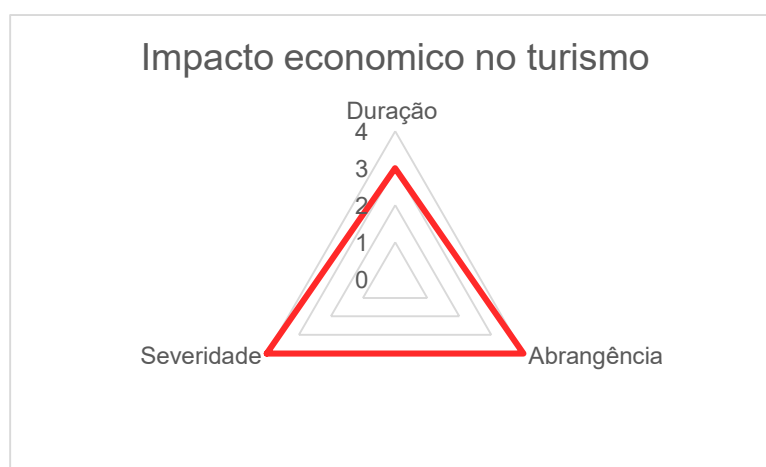
- Sobre comércio e bebidas

Ainda no segmento de alimentos e bebidas, apenas três estabelecimentos dentre os inventariados informaram não terem sofrido impactos decorrentes do Evento de rompimento da barragem: uma casa de açaí, uma padaria e um restaurante localizado na BR-381. Em todos os estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas nos quais se percebeu impactos estes foram associados à relação dos mesmos com a pesca e com os pescadores. Alguns empreendedores locais disseram que passaram a ter dificuldades no fornecimento de pratos à base de pescado da região e que tiveram perdas

pelo fato de seus principais clientes serem pescadores que deixaram de frequentar o local.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência regional (4), já que implica em impactos sobre turistas de outros municípios, e de longa duração (3), considerando que o tempo necessário para o restabelecimento das condições originais do rio é superior a cinco anos. Com efeito, a severidade desse impacto é avaliada como alto (4), pois implica em elevado nível de alteração das atividades turísticas sob o viés econômico.

*Gráfico 4 Impacto econômico no setor de turismo*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A partir destas características, este impacto é classificado como crítico (4), em acordo com a metodologia adotada.

#### 5.2.4 Alteração de Costumes e das Formas de Lazer

Conforme anteriormente exposto, o Rio Santo Antônio integra a paisagem do município de Naque e influencia sobremaneira a organização do espaço e do tempo da população

local. O rio é para os moradores do município local de lazer, de contemplação, banho, pesca amadora, e "exploração" para a subsistência, seja por meio de plantio ou da extração do pescado para consumo familiar ou venda em estabelecimentos comerciais locais, sendo o pescado parte do cardápio, em variados tipos de preparo.

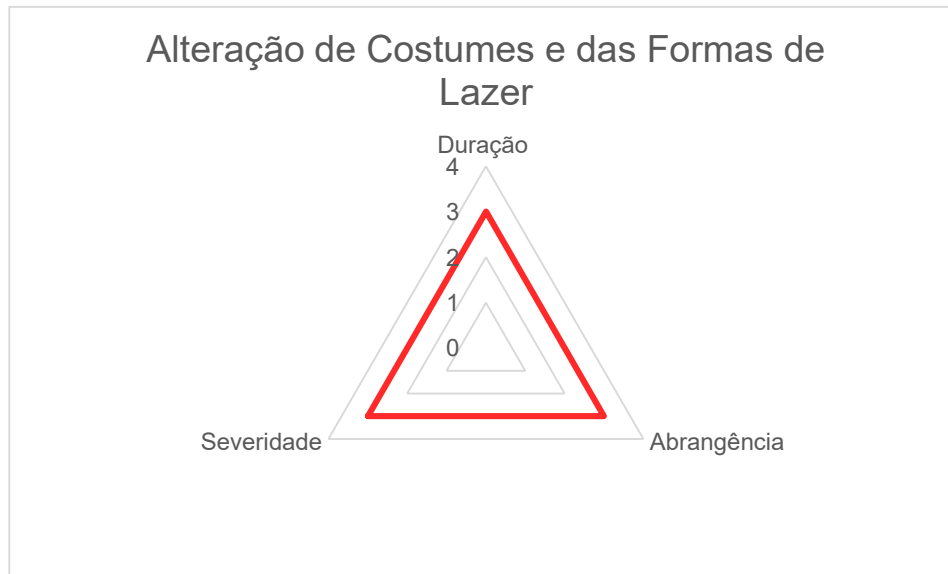
Com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a consequente contaminação das águas do rio Doce, onde deságua o Rio Santo Antônio, a relação dos moradores do município de Naque com o rio foi alterada. As atividades de pesca amadora esportiva e como atividade econômica na bacia do rio Doce foram interditadas em função do Evento – Portaria IEF nº 78/2016 e, no período em que se realizaram os levantamentos de dados em campo, tal interdição também se dava em função do período de Defeso – Portaria IEF nº 155/2011.

Com a repercussão de informações sobre o Evento na mídia regional, nacional e internacional, o imaginário popular foi povoado pela ideia da contaminação das águas e, por sua vez, dos riscos para a saúde em caso de contato. Com efeito, as demais atividades de lazer antes realizadas no rio foram totalmente paralisadas.

Nota-se, que, além das atividades de lazer, o Evento impactou também os costumes locais, associados às práticas cotidianas e à gastronomia local, tendo em vista que um importante elemento da dieta diária, o peixe, deixou de estar disponível para consumo.

Os aspectos ora descritos possibilitam afirmar que o impacto em tela é de natureza negativa e originado diretamente do Evento. Acrescenta-se que este impacto tem abrangência municipal (3) e os seus efeitos são de longa duração (3), uma vez que, estima-se, o restabelecimento das condições adequadas às práticas de lazer é superior a cinco anos. Dadas essas características, avalia-se como média-alta (3) a severidade do impacto em questão, pois o mesmo alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

*Gráfico 5 Alteração de costumes e das formas de lazer*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e à severidade do impacto em termos de alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer avalia-se este impacto como muito significativo (3).

Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
<b>Impacto na imagem do município após o Evento</b>	Divulgação de notícias e artigos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1

<b>Impacto na paisagem</b>	Impacto visual	IN	ID	3	4	3	4	Ações de Requalificação Ambiental Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	2	1
<b>Impacto econômico sobre o turismo</b>	Meios de hospedagem e alimentos e bebidas	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
<b>Alteração de Costumes e das Formas de Lazer</b>	Pesca amadora, banhos, natação e gastronomia	IN	ID	3	3	3	3	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



**Créditos e Referências**

## 6 Créditos e Referências

### Entrevistados no município

*Tabela 20 - Listagem de participantes de reunião institucional em Naque*

Nome	Nome do órgão/setor
<b>Carlos Eduardo Benini Moura</b>	Secretário municipal de esporte, cultura e lazer

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### Equipe Técnica

*Tabela 21 Equipe Técnica*

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
<b>Maria Fernandes</b>	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Roque</b>	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Jaqueline Vilela Custódio</b>	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Aline Santos</b>	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Cláudio Letro</b>	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sylvana Pessoa</b>	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos





<b>Juca Villaschi</b>	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Ana Pacheco</b>	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marcos Knupp</b>	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Suzana Fernandes de Paula</b>	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Lise Costa</b>	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sidney Daniel Batista</b>	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Gabriel Alkmin</b>	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Raquel Guerra</b>	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Flávia Said</b>	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sabrina Almeida</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Paula Boarim</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Caroline Chaves</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



<b>Rúbia Meireles</b>	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marina Naves</b>	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tiago de Jesus Brito</b>	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Moacir Salles</b>	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maria Cecília Pedrosa</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laetitia Jourdan</b>	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Victor Massini</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bianca Aparecida Fonseca</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sara Christina do Nascimento</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Shirley Maclane Nunes Brito</b>	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bárbara Natali Soares Guimarães</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Motta</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laura Esther Silva Barbosa</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Tatiane Carvalho Bispo</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Mariene Luiza da Rocha</b>	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maele Fernanda de Almeida</b>	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Douglas André Rinco</b>	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Ronilson Breder</b>	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Verônica Gonzaga Oliveira Gomes</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Jéssica Camila Rocha de Azevedo</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

## Referências

AJUDÔU, disponível em: [http://depeitoaberto.com.br/index.php/projetos\\_ajudou/](http://depeitoaberto.com.br/index.php/projetos_ajudou/),

Acesso em: 20/12/2016

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/>. ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: <HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/>. ACESSO EM: 13/01/2016.

FEC - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. NAQUE. <HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR>, ACESSO EM: 10/12/2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAQUE EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO\\_SOBRE\\_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM

[HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-snc.pdf)

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

NAQUE, PÁGINA DO FACEBOOK DA PREFEITURA, DISPONÍVEL EM:

<https://www.facebook.com/Portal-Naque-156524614531440/>, ACESSO EM: 20/12/2016.

NAQUE, SÍTIO DA PREFEITURA DISPONÍVEL EM: <http://www.naque.mg.gov.br/site/>, ACESSO EM: 10/01/2016.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO

ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE NAQUE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

TCE - PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001